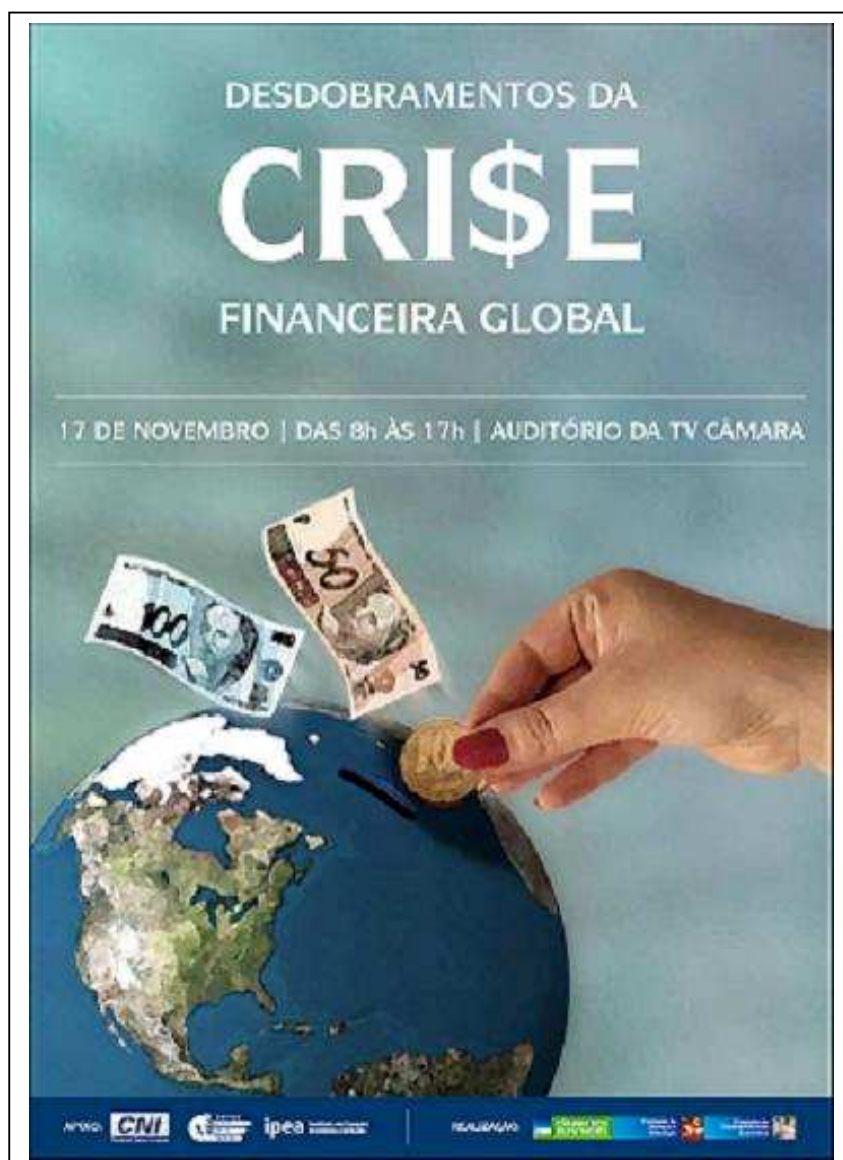


COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO



**SEMINÁRIO INTERNACIONAL
POSSÍVEIS DESDOBRAMENTOS DA CRISE FINANCEIRA INTERNACIONAL**



SEMINÁRIO INTERNACIONAL POSSÍVEIS DESDOBRAMENTOS DA CRISE FINANCEIRA INTERNACIONAL

Pochmann: crise ressaltou problemas do capitalismo ainda não solucionados

Rodrigo Bittar e Silvia Mugnatto

O presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), , afirmou que a crise financeira mundial ressaltou problemas que ainda não foram solucionados pela comunidade internacional. Segundo ele, a crise demonstrou a ineficiência de um sistema, mas não consolidou uma nova estrutura de capitalismo que, entre outras medidas, apresentasse um modelo de produção e de consumo menos degradante ao meio ambiente, por exemplo.

Pochmann participou de seminário sobre os desdobramentos da crise promovido pelo Ipea e pelas comissões de Finanças e Tributação e de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados.

Para o economista, um dos pilares da crise que ainda não foi solucionado é o padrão de financiamento de médio e longo prazos dos Estados Unidos. Ele também destacou o enfraquecimento das entidades de governança multilaterais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (Bird), que mostraram baixa influência e não foram capazes de sobressair frente às “grandes empresas e conglomerados financeiros” em uma nova regulação do sistema financeiro.

Na avaliação do presidente do instituto e de outros participantes do seminário, o Brasil, no entanto, presenciou uma ação positiva de governo e sociedade “na construção de algo maior”.

Ações - O assessor-chefe da presidência do Ipea e diretor do grupo de estudos sobre a crise financeira mundial, Milko Matijascic, listou algumas dessas ações, que tiveram o princípio de fortalecer o mercado interno e os investimentos públicos - o Bolsa Família e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

“A reação fiscal de todo o mundo foi muito forte. A brasileira talvez tenha sido uma das mais comedidas, com um impacto de 2% do Produto Interno Bruto [PIB], mas isso não significou negligência”, destacou Matijascic. Ele citou outros países que investiram e fizeram esforços fiscais mais fortes para enfrentar a crise internacional, como China (14% do PIB), Argentina (9%) e Estados Unidos (cerca de 8,5%).

Segundo Milko Matijascic, a recuperação econômica mundial “ainda merece atenção” e pode ser “enganosa”, especialmente por causa da retração do mercado de trabalho nos países mais desenvolvidos. “Alguns países estão saindo de forma assimétrica, com níveis de desemprego maiores. Isso não impede que saiam da crise, mas pode reduzir o mercado consumidor e restringir a retomada”, detalhou.

Fonte: Jornal da Câmara.



SEMINÁRIO INTERNACIONAL POSSÍVEIS DESDOBRAMENTOS DA CRISE FINANCEIRA INTERNACIONAL

Brasil entrou para o grupo que toma as principais decisões sobre o planeta, declara diretor do FMI

Juliano Pires

O diretor-executivo do Fundo Monetário Internacional (FMI), Paulo Nogueira Batista Júnior, ressaltou como resultado positivo para o Brasil após a crise, o fortalecimento do G-20 e a transformação do grupo em principal fórum de discussões econômicas e de fixação da agenda das instituições financeiras internacionais. “A crise, na verdade, acelerou mudanças na governança mundial que viriam de qualquer forma, pois o peso dos países emergentes já vinha acontecendo. Para o Brasil, foi ótimo, pois é a primeira vez na história que o País faz parte do principal grupo tomador de decisões do planeta”, disse.

Batista citou como destaque da atuação internacional a nova aliança dos Brics, grupo formado pela Rússia, Índia e China, além do Brasil. “Esses quatro têm capacidade de atuação por si sós. Eles conseguem sustentar posições independentemente de terem outros apoios”, explicou, ao também considerar importantes as alianças com países da América do Sul e com os Estados Unidos. Por outro lado, em sua opinião, os principais adversários das economias emergentes hoje seriam os europeus. “Eles têm pouco mais que um quinto da economia mundial, mas controlam um terço dos votos do FMI e não querem abrir mão disso em benefício dos emergentes”, afirmou.



O deputado Edmilson Valentin (PCdoB-RJ) questionou sobre a falta de participação dos bancos privados na recuperação da economia após a crise. “Por que o setor privado não assume sua parte no papel fomentador da economia? O BNDES já disse que não dá conta de financiar sozinho o desenvolvimento do País”, lembrou.

O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), deputado Armando Monteiro Neto (PTB-PE), explicou que depois de tantos anos de instabilidade econômica e alguns bancos terem quebrado na época da implantação do real, o sistema financeiro tornou-se dos mais conservadores do mundo. “O sistema financeiro privado precisa aprender a ser sócio da produção e menos amedrontado”, disse.

O representante da Confederação Nacional do Comércio (CNC), Carlos Thadeu de Freitas Gomes, emendou que não há hoje uma saída fácil para a grande presença governamental na economia. Isso é agravado pela resistência dos bancos privados em conceder financiamentos.

O economista chefe do Banco do Brasil, Uilson Melo Araújo, relatou a importância da atuação governamental, especialmente dos bancos públicos, no combate à crise, por meio de políticas de concessão de crédito, contrariando a tendência que havia no mundo de retração do crédito. Segundo ele, o período acabou sendo positivo para o Banco do Brasil, que retomou a liderança na concessão de empréstimos, detendo hoje mais de 20% desse mercado.

O deputado Arnaldo Jardim (PPS-SP) quis saber que melhorias podem ser feitas quanto às políticas cambial e de juros. Ele lembrou que Batista Júnior sempre foi um grande crítico da estratégia de juros adotada do Banco Central.

O diretor do FMI respondeu que, quanto ao câmbio, não vale a pena tentar transformá-lo em fixo ou por bandas, como era no Brasil antes da crise econômica de 1999. Quanto aos juros, ele reiterou suas críticas às altas taxas adotadas pelo País ao longo da última década.

Fonte: Jornal da Câmara.

**SEMINÁRIO INTERNACIONAL
POSSÍVEIS DESDOBRAMENTOS DA CRISE FINANCEIRA INTERNACIONAL**

FOTOS – AGÊNCIA CÂMARA



SEMINÁRIO INTERNACIONAL POSSÍVEIS DESDOBRAMENTOS DA CRISE FINANCEIRA INTERNACIONAL

Norte-americano diz que instituições dos EUA não eram supervisionadas

O vice-presidente do Banco Central norteamericano de Atlanta, John Robertson, que também participou do seminário, explicou que o país desencadeou a crise porque a regulação existente não ofereceu liquidez suficiente ao sistema financeiro. Além disso, várias instituições que atuavam como bancos não eram supervisionadas e não houve controle efetivo sobre as operações com títulos derivados do mercado imobiliário. No Brasil, todas as operações com derivativos são registradas e são restritas ao sistema financeiro. E os bancos têm de obedecer limites rígidos para o total de empréstimos em relação ao seu capital.



Apesar disso, o presidente da Comissão de Finanças e Tributação, deputado Vignatti (PT-SC), lembrou que algumas empresas brasileiras tiveram problemas com a alta do dólar, porque haviam feito operações que apostavam na sua queda. Segundo ele, talvez exista espaço de regulação a ser desenvolvido pelo Congresso Nacional. Ele citou, como exemplo, o caso da Sadia, empresa da área de alimentos que decidiu entrar no mercado financeiro. “Ela nunca teve tanto prejuízo de uma vez só”, disse Vignatti. Na opinião do deputado, o prejuízo comprometeu tanto a empresa que, se não tivesse se juntado à Perdigão, poderia ter entrado em processo de recuperação judicial. “Precisamos ter regulamento para isso, para não ocorrer novamente com empresas desse porte no Brasil”, declarou.

O presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, deputado Edmilson Valentim (PCdoB-RJ), elogiou a situação do Brasil no enfrentamento da crise internacional, mas alertou que o quadro geral não é satisfatório. “O Brasil, de forma geral, é visto como experiência positiva, mas não nos basta contemplar essa realidade diante das diferenças sociais enormes que temos, que vai do trabalho escravo à tecnologia de ponta, como é o caso da Petrobras”, comentou.

Fonte: Jornal da Câmara.
